



GT - GESTÃO SOCIAL, REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
Modalidade da apresentação: Comunicação oral

## **COZINHA COLETIVA NOS MOLDES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UMA COMUNIDADE INDÍGENA: o trabalho da mulher em pauta**

Juliana Amorim Dias de Oliveira  
Ana Karoliny Xavier de Gois  
Teresa Júlia de Araújo Melo  
Nila Patrícia Freire Pequeno  
Washington José de Souza

### **RESUMO**

O artigo busca refletir sobre o protagonismo feminino dentro de uma cozinha coletiva pautada sob os princípios da economia solidária na comunidade indígena Amarelão, localizada na zona rural do município de João Câmara, no Rio Grande do Norte. Para isso, foram realizadas visitas à comunidade que viabilizaram a coleta de dados com base na técnica metodológica de observação participante, onde foram obtidas informações sobre a estrutura física e organizacional da cozinha, dados gerais sobre o trabalho desempenhado e relações interpessoais que permeiam o empreendimento, bem como observações sobre comportamentos verbais e não verbais das colaboradoras. Todas as questões éticas, inclusive as particulares para pesquisa em comunidade indígena, foram respeitadas. Verificou-se que o engajamento coletivo feminino das residentes da comunidade Amarelão na implantação e gestão de um empreendimento econômico solidário, além de promover inserção da mulher no mercado de trabalho e geração de renda, constitui-se como potencial ferramenta de transformação social através do fomento à economia local, promoção de autonomia e emancipação, disseminação de valores solidários e fortalecimento do sentimento comunitário.

**Palavras-chave:** Economia solidária. Emancipação feminina. Comunidade indígena.

### **1 INTRODUÇÃO**

---

Os "Mendonça do Amarelão" são uma comunidade indígena que abrange um grupo familiar composto por mais de mil indígenas (CALAZANS *et al.*, 2017), vivendo atualmente segregados em decorrência dos processos de luta pela terra. A comunidade Amarelão, localizada na zona rural do município de João Câmara, no Rio Grande do Norte, comporta o maior número de membros da família dos Mendonça. Os demais vivem em outras áreas rurais, como o Assentamento Santa Terezinha e Serrote de São Bento, e em área urbana, como é o caso do Amarelão Novo, na cidade de Natal (RN). Atualmente, a geração de emprego e renda é classificado como uma das



principais carências enfrentadas pela comunidade do Amarelão, ficando atrás apenas da situação de falta de água (GUERRA, 2003; GUERRA, 2007).

O Rio Grande do Norte, assim como o Nordeste, desde o século XVI tem sido campo de embate e luta pela sobrevivência por povos indígenas, frente às ocupações territoriais promovidas pela política de avanço e expansão do mercantilismo europeu. A partir do século XIX, a luta passou a ser também, a de manutenção da identidade étnica, uma vez que a exclusão de indígenas dos registros dos censos oficiais propagou a ideia de extinção indígena, sem verificação dos processos de transformações e reconstruções sociais, políticas e culturais enfrentados por esses povos (TURNER, 1979; GUERRA, 2007; CALAZANS *et al.*, 2017). Como pontua Guerra (2003),

Sabemos que ao longo dos séculos, tornou-se mais conveniente não ser revelada a identidade indígena. Essa tática do silêncio foi uma defesa em contraposição ao sistema político-econômico que crescia seus domínios nos territórios indígenas e que usou sempre de muita violência contra as populações aborígenes através de perseguições, discriminações, etc. (GUERRA, 2003, p.193)

Nesse sentido, como discutido por Sahlins (1997), as habilidades próprias de inovação e renovação da cultura indígena ao longo do tempo são características não da falência, mas da qualidade intrínseca deste sistema.

A forma como têm se dado as intervenções em comunidades tradicionais, movidas pela lógica moderna com base em interesses de mercado promovidos pelo capitalismo, provocaram grandes impactos na estrutura sociopolítica e cultural desses povos, transformando o comportamento social e ocasionando enfraquecimento da coesão comunitária, monetarização das relações interpessoais, abandono de práticas de ajuda mútua, perda da soberania sobre o território e degradação de sistemas ambientais (LACERDA, 2018).

Diante disso, trabalhos em comunidades tradicionais mostram que a inclusão de práticas pautadas por princípios de cooperação, solidariedade e autogestão - princípios norteadores da economia social e solidária - podem se constituir como ferramentas para a reconstrução das estruturas locais, promoção de emancipação social e resgate de práticas tradicionais solidárias (GUERRA, 2007).

Atualmente, no Amarelão, funciona uma cozinha coletiva gerenciada por seis mulheres da comunidade que produzem e vendem refeições e outros produtos alimentares, gerando renda e incentivando a economia local. Nessa forma de organização, as mulheres se relacionam dialogicamente, com base na deliberação coletiva, dividindo suas responsabilidades bem como o lucro obtido, qualificando-se como empreendimento econômico solidário (EES).

A economia solidária vem se constituindo e se afirmando como uma estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social (SINGER, 2002). O mapeamento da Economia Solidária, realizado pelo Governo Federal entre 2005 e 2007, revelou que o movimento esteve em crescimento. Atualmente, apesar do momento político que caracteriza alguns retrocessos em relação à efetividade de ações em economia solidária, há no Brasil, aproximadamente vinte mil empreendimentos solidários, distribuídos entre 2.713 municípios em todos os estados da Federação (SILVA; CARNEIRO, 2016), estabelecidos sob as mais diferentes formas de organização (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, dentre outras). Como um de seus alicerces, está a promoção do respeito e reconhecimento do papel da mulher e do feminino na construção de uma economia baseada na solidariedade. Além deste, promove um espaço coletivo instituído com base em rede de cooperatividade, onde as mulheres conseguem dialogar, compartilhar experiências, deliberar, planejar e implementar projetos, partindo de relações de confiança e reciprocidade (SILVA *et al.*, 2018).

O presente trabalho propõe-se a refletir sobre o protagonismo feminino dentro da cozinha coletiva da associação do Amarelão, regida pelo cooperativismo e ajuda mútua, sob a perspectiva da Economia Solidária e seu papel na geração de renda e desenvolvimento econômico e social, emancipação feminina, valorização da mulher e combate à desigualdade de gênero.

---

## 2 ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

A Economia Social e Solidária (ESS) é um conceito levantado em oposição ao modelo de individualismo utilitarista vigente na economia de mercado, resgatando a solidariedade como princípio norteador para estabelecer práticas econômicas mais



igualitárias, equitativas, democráticas, solidárias e éticas, promovidas com base em ideais de ajuda mútua, cooperação e associação (SIMON; BOEIRA, 2017).

Nesse sentido, engloba as esferas política, social e econômica, sem priorizar uma em detrimento de outra (SIMON; BOEIRA, 2017), sendo a base da economia solidária construída na articulação entre esses três setores. Por sua natureza transdisciplinar, estabelece conexão com diversas temáticas, promovendo a inserção de discussões sobre questões de gênero, religião, gestão, política pública, geração de trabalho e renda, entre outros (OLIVEIRA, 2017). Nos EES, a livre associação do trabalho, os princípios de autogestão, cooperação e eficiência estão interligados, promovendo o desenvolvimento econômico dos membros e fomentando a melhoria da qualidade de vida dos associados por meio de educação, saúde e inserção social (SIMON; BOEIRA, 2017).

A economia solidária também é vista como um processo de construção social e autoemancipação da população à margem do mercado de trabalho formal, que se utiliza das contradições do capitalismo e imperfeições das relações de mercado como oportunidade para o desenvolvimento de organizações econômicas com lógica oposta à do modelo de produção dominante, baseadas no fazer coletivo, solidário e democrático (SINGER, 2002). Momo (2013) fortalece essa visão quando descreve que a sociedade atual é centrada nos princípios capitalistas e imbuída de valores de mercado, responsáveis por gerar dinâmicas de exclusão social e econômica e que o enfrentamento de tal realidade vem partindo de iniciativas populares atreladas à economia solidária e seus princípios de igualdade política, econômica e cidadã.

Na prática, a ESS abrange um conjunto de ações e organizações relacionadas à produção e comercialização, como cooperativas e associações, redes de trocas, moedas sociais, entre outras modalidades (OLIVEIRA, 2017). São várias as configurações que os empreendimentos solidários podem assumir – agricultura familiar, assentamentos de trabalhadores em luta por reforma agrária, recicladores, dentre outras – desde que fundamentadas a partir da iniciativa da sociedade civil organizada e pautadas no paradigma da solidariedade em detrimento do interesse individual e do ganho material, prezando pela proximidade e reciprocidade nas relações



pessoais entre os indivíduos envolvidos e socialização dos recursos produtivos (SIMON; BOEIRA, 2017; LAVILLE; GAIGER, 2009).

## 2.1 DISCUSSÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO DA ESS

Em 2016, a população de mulheres brasileiras com 25 anos de idade ou mais e ensino superior completo foi de 33,9%, superando o percentual dos homens que, no mesmo período, foi de 27,7%. Entretanto, apenas 39,1% de cargos gerenciais no país eram ocupados por mulheres, ao passo que 60,9% era de ocupação masculina. A relação entre rendimento médio de trabalho também foi diferente, as mulheres receberam cerca de  $\frac{3}{4}$  dos rendimentos masculinos, e essa diferença de rendimentos foi mais acentuada na categoria ensino superior completo ou mais, em que as mulheres receberam cerca de 63,4% do valor ganho pelos homens, no ano de 2016 (IBGE, 2018).

Somado a isso, em 2017, mais da metade da população brasileira em idade de trabalhar era formada por mulheres, mas os homens representavam 57,2% da população inserida no mercado de trabalho (IBGE, 2017), com apenas 01 mulher, a cada 06 homens, assumindo cargos de liderança (SIMON; BOEIRA, 2017). Observa-se, com isso, que, apesar da abertura e inserção da mulher no mercado de trabalho, a segregação ocupacional, a discriminação salarial e a ausência de paridade de gênero nas organizações em geral, contribuem para a continuidade desse quadro de desigualdade de gênero (SIMON; BOEIRA, 2017; IBGE, 2018).

No papel de tomada de decisão, a participação das mulheres também é reduzida, tanto nas empresas em geral, quanto nos ESS. No Brasil, do total de 19,7 mil empreendimentos solidários, com aproximadamente 1,4 milhões de envolvidos, 620 mil são mulheres e 803 mil são homens (SIMON; BOEIRA, 2017). Além dos dados expostos acima, de acordo com Momo (2013), as desigualdades de gênero se refletem na sociedade brasileira em discriminações, em dificuldades enfrentadas cotidianamente pelas mulheres, na dificuldade de acesso à educação, na inserção no mercado de trabalho, nas dificuldades de acesso a serviços, sejam estas grandes ou pequenas,



mas especialmente no peso da dupla jornada entre o trabalho na esfera doméstica e na esfera do mercado de trabalho.

Quanto à configuração familiar das envolvidas nos empreendimentos, levantamentos mostraram que as mulheres são, em sua maioria, casadas ou vivem em regime de união estável, sendo necessário recorrer a redes informais de apoio – parentes, vizinhos – ou creches e escolas para assegurar o cuidado dos filhos, reproduzindo o comportamento de divisão sexual de trabalho e designação do cuidado com a família como responsabilidade exclusivamente feminina, com pouca atuação dos companheiros. Além disso, destacaram que a renda das sócias é relevante para o sustento da família, sendo a renda principal ou única fonte (SIMON; BOEIRA, 2017).

Esses dados apontam para a necessidade de promoção da discussão sobre as questões de gênero dentro dos ESS, já que se constituem como entidades baseadas em princípios promotores da igualdade e solidariedade, incluindo a de gênero, devendo, portanto, pregar valores contrários à discriminação. Porém, é importante ressaltar que esses empreendimentos estão inseridos em um contexto social com valores distintos e tanto os influenciam como são influenciados por este, podendo reproduzir valores dominantes (SIMON; BOEIRA, 2017).

A ascensão da participação política e social das mulheres indígenas nas discussões de gênero e direitos indígenas – através de associações, organizações, assembleias – em âmbito nacional e internacional, observada a partir do ano de 1990, reflete o crescente interesse, a atuação e a força dessas mulheres nas questões que dizem respeito às suas comunidades e chama a atenção para a importância da luta que enfrentam pela reafirmação do papel político e social da mulher indígena dentro de suas coletividades e para além destas (GOMES; AIRES, 2018). Ainda nesse sentido, como pontua Ferreira (2013), sabe-se que a diversidade étnica e sociocultural dos povos indígenas em sua totalidade corrobora para a grande heterogeneidade de suas populações, sendo, portanto, importante avaliar os aspectos da temática de gênero e suas implicações sociais, políticas e econômicas dentro de cada realidade.

Em relação ao trabalho da mulher indígena, dentro dos empreendimentos econômicos solidários, Gama *et al.* (2007), em estudo na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, Buerarema – BA, encontrou que aos homens se destina prioritariamente o

trabalho que demanda maior força física, como o roçado, a derrubada da madeira e torra da farinha, enquanto às mulheres se designa a ocupação com a cozinha, pequenos plantios e limpeza das roças, evidenciando uma segregação do trabalho entre homens e mulheres. Outro estudo que tratou dos paradigmas da relação entre gênero e o trabalho em comunidades indígenas observou que, entre os Guarani/Kaiowá, as mulheres tinham participação mais ativa na geração de renda familiar, e entre os Kadiwéu não havia divisão de papéis entre homens e mulheres (GRUBITS, 2014).

Diante disso, é primordial analisar o papel da mulher indígena nessa forma alternativa de economia emergente, captando potencialidades e obstáculos para discutir uma organização que possa promover atuação coletiva e verdadeiramente cooperativa, com base nos princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, próprios à ESS. Tais empreendimentos podem se constituir, então, como agentes na ressignificação e valorização do papel dessas mulheres em suas coletividades por meio da inclusão social e produtiva - haja vista que, de acordo com Guérin (2005), as mulheres são pioneiras e estão em maioria nas práticas econômico-solidárias - através da participação e do trabalho conjunto (SIMON; BOEIRA, 2017). Essa possibilidade de transformação de desigualdades é inerente à estrutura socioeconômica dos empreendimentos sociais, uma vez que consolidam espaços coletivos de equidade, diálogo, reflexão e deliberação (GUÉRIN, 2005).

### **3 METODOLOGIA**

---

O estudo aqui desenvolvido baseou-se na técnica de observação participante, na qual o pesquisador assume o papel de participante na situação que pretende observar, podendo utilizar como ferramentas observacionais o comportamento verbal e não verbal dos participantes, o meio ambiente em que estão inseridos, as anotações realizadas em campo, dentre outras, e gerar hipóteses com relação ao problema investigado. Para tal, é essencial que o pesquisador seja aceito pelo objeto de estudo, seja ele outro indivíduo, um grupo ou uma comunidade, permitindo-o transitar entre os papéis de participante e observador (FERREIRA *et al.*, 2012). Para isso, a articulação com a representação regional do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e





Nutricional (CONSEA-RN) teve grande importância, facilitando a abertura e o acolhimento por parte da comunidade do Amarelão por já possuírem relação de diálogo e proximidade.

As observações foram tomadas diante das visitas realizadas à comunidade do Amarelão e à cozinha coletiva que lá funciona, onde se verificou a estrutura física e organizacional, indagou-se sobre o funcionamento, a gestão do empreendimento e as relações sociais que o permeiam, sobre eventos e marcos da história da comunidade; observaram-se as potencialidades e desafios enfrentados pelo grupo e pode-se acompanhar de perto o andamento de atividades de produção da cozinha. Todos os preceitos éticos para pesquisa com povos indígenas foram cumpridos, sendo apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Onofre Lopes/UFRN sob o CAAE - 09097919.3.0000.5292.

O trabalho de pesquisa na comunidade está vinculado ao Projeto de Extensão intitulado "Sistemas Agroalimentares Sustentáveis e Mulheres Rurais: um enfoque sobre a gestão de circuitos curtos de comercialização em comunidades de povos tradicionais (indígenas) no RN", coordenado pelos Departamentos de Administração e Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em parceria com o Projeto SISAN-Universidades, Incubadora e Grupo de Pesquisa OASIS e PET-Zootecnia da UFRN, junto à comunidade indígena dos Mendonça do Amarelão, desenvolvido como parte integrante do Projeto de Pesquisa "Dimensões que influenciam a segurança alimentar de indígenas: um estudo com as etnias pertencentes ao território potiguar".

---

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente, a comunidade indígena do Amarelão é reconhecida economicamente pelo comércio da castanha, cujas atividades de beneficiamento e venda foram inseridas no grupo há mais de vinte anos por iniciativa própria dos moradores como alternativa de trabalho e renda, marcando a história e identidade dos Mendonça do Amarelão. O ofício da castanha como principal atividade econômica, diante da situação de extrema carência da comunidade, levou à reestruturação da dinâmica familiar em torno da ocupação, de tal modo que tem se sustentado com força conjunta da família, incluindo a participação dos jovens e crianças no trabalho. Estes,





quando não estão ajudando diretamente na produção, dedicam-se também aos afazeres domésticos para que, assim, os pais possam se ocupar do labor (GUERRA, 2003; 2007). Tal conjuntura leva a verificar a participação da mulher dentro da economia local de forma diferenciada do que é observado em outras comunidades, já que, como pontua Silva *et. al.* (2018), “durante toda a história, a sociedade do pensamento patriarcal incumbiu as responsabilidades domésticas e familiares às mulheres e a responsabilidade de provisão financeira e econômica da família aos homens”.

No ano de 2013 foi implantada a cozinha coletiva da associação do Amarelão através da iniciativa das mulheres residentes na comunidade, partindo da necessidade de complementar a renda familiar provinda da comercialização da castanha de caju. Apesar de haver a nomeação de uma coordenadora geral – que representa a liderança indígena da comunidade, observa-se que, na prática, a gestão do empreendimento, o quadro de tarefas semanais e as deliberações são de incumbência coletiva de seis associadas, havendo divisão igualitária do trabalho na forma de rodízio semanal de acordo com o funcionamento e os encargos da cozinha, de forma que todas enfrentam carga horária de trabalho semelhante. A comercialização se iniciou com a fabricação de bolos comuns e personalizados para aniversários e cresceu para a produção de refeições principais – café da manhã, almoço e jantar - conforme as demandas do mercado que se compõe, principalmente, de trabalhadores temporários na comunidade ou visitantes. Nos últimos tempos, teve crescimento a produção dos bolos de castanha, feita sob encomenda, que utiliza como matéria-prima a castanha beneficiada na região. Do lucro adquirido, parte é revertida para a compra da matéria-prima necessária à produção e a outra parte é dividida entre as colaboradoras (COZINHA, 2016).

A marca da iniciativa comunitária e articulação coletiva das mulheres em prol da implementação de um empreendimento que promove geração de renda, reconhecimento e visibilidade dentro da comunidade, integração e valores de parceria e cooperativismo, além de movimentação da economia local, evoca o discurso de Singer (2002), quando diz que,

[...] para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana (SINGER, 2002, p. 112).

Esse processo colabora para que as mulheres se sintam protagonistas na sua vida e na comunidade para, a partir disto, fazerem repercutir tais princípios no corpo social à sua volta, conectando-se com ações coletivas dentro de um processo político e reafirmando-se como sujeitos transformadores no exercício de sua cidadania (BOEIRA; SIMON, 2017).

Outro aspecto constatado foi o grau de proximidade nas relações sociais estabelecidas na cozinha, herança do contexto cultural originador da comunidade do Amarelão, marcado pelas relações de parentesco que originaram e mantêm o grupo (GUERRA, 2007). As colaboradoras estão familiarizadas e possuem vínculo de afinidade umas com as outras e com suas respectivas famílias e realidades, o que corrobora para as relações de confiança e de reciprocidade e, conseqüentemente, a coesão e estruturação do empreendimento como cooperativa solidária (SILVA *et. al.*, 2018).

---

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este contexto nos incita a necessidade de reconsiderar diferentes práticas de solidariedade e suas relações com a promoção da valorização feminina no âmbito das comunidades tradicionais indígenas. Guérin (2005) defende que a economia solidária é uma resposta possível, senão a melhor aposta, para minimizar as desigualdades que assolam a identidade feminina e perpetua o cenário de pauperização da mulher, possibilitando o acesso a direitos fundamentais.

O engajamento coletivo das mulheres do grupo indígena do Amarelão na construção de um espaço cooperativo que promove geração de renda e transformação social baseado em princípios de solidariedade alavanca o protagonismo feminino na comunidade e corrobora para a transformação de suas identidades na sociedade, afirmando-se como ferramenta de resgate da autoestima, promoção de autonomia e emancipação – esta que pode ser legitimada, na perspectiva de um EES, quando considerados os indicadores: inclusão no mercado de trabalho, geração de renda,



visibilidade, desvinculação da imagem das mulheres ao trabalho de seus maridos (SILVA et al., 2018).

Além desses fatores, a cozinha coletiva se estabelece como marco no fortalecimento da economia local e da comunidade em sua totalidade, pois firma-se como um lugar de disseminação da prática da equidade e fomento a benefícios sociais, tais como construção de novos saberes, perpetuação de conhecimentos locais para gerações futuras, a melhora na qualidade de vida, o idealismo, o prazer e felicidade do trabalho coletivo, a reciprocidade, o fortalecimento do sentimento comunitário (MELO, 2018).

Por ser um estudo preliminar, abre espaço para outros questionamentos que podem ser aprofundados em trabalhos futuros, como a reflexão sobre os efeitos da promoção da autonomia das cooperadas e do protagonismo reafirmado na cooperativa na modificação das relações de gênero e de poder no âmbito de suas respectivas famílias, verificando-se, assim, de que forma os valores da sociedade em que o EES está inserido são influenciados por este e até que ponto o influenciam.

## REFERÊNCIAS

---

CALAZANS, D. L. M. *et al.* POVOS INDÍGENAS E DIREITOS SOCIAIS: Análise do Direito Humano à Alimentação Adequada dos índios potiguaras de Sagi-Trabanda no Rio Grande do Norte. **Revista Interface**, Natal/RN, v. 14, n. 1, 2017.

COZINHA Comunitária "Aiyra's d'Aram" do Amarelão. **Amarelão em Foco**, fev. 2016. Disponível em: <<http://amarelaoemfoco.blogspot.com/2016/02/cozinha-comunitaria-aiyras-daram-do.html>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FERREIRA, L. B. *et al.* A técnica de observação em estudos de administração. In: **XXXVI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA, L. O. Saúde e relações de gênero: uma reflexão sobre os desafios para a implantação de políticas públicas de atenção à saúde da mulher indígena. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p.1151-1159, 2013.

GAMA, E. V. S. *et al.* Divisão de trabalho entre homens e mulheres na Aldeia Indígena Tupinambá de Serra do Padeiro, Buerarema – BA. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, set. 2007. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/7027>>. Acesso em: 23 abr. 2019.



GOMES, P. G. A.; AIRES, J. M. M. P. Os caminhos trilhados pelas mulheres indígenas na constituição de organizações femininas. In: **31ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Brasília/DF, 09-12 dez. 2018

GRUBITS, S. Mulheres Indígenas Brasileiras: Educação e Políticas Públicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n.1, p. 116-125, 2014.

GUÉRIN, I. **As Mulheres e a Economia Solidária**. São Paulo, Loyola, 239 p., 2005.

GUERRA, J. G. A. **Mendonça do Amarelão: caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Pós-graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2007.

GUERRA, J. G. A. Os Mendonça do Amarelão: identidade, memória e história oral. **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 4, n. 8, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**, 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)>. Acesso em: 09 abril 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, 4º trimestre de 2017. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2017\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2017_4tri.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2019.

LACERDA, L. B. Cooperação, solidariedade e autogestão enquanto ferramentas para emancipação social de comunidades da Amazônia brasileira e o caso dos Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT). **Mundo Amazônico**, v. 9, n. 2, 2018.

LAVILLE, J.L.; GAIGER, L.I. Economia solidária. In: P. HESPANHA *et al.* (coord.), **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Almedina, p. 162-168, 2009.

MELO, T. J. A. **Utilidade social em empreendimentos da economia solidária: o caso das mulheres do artesanato (Natal/RN)**. 2018. 83f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MOMO, D. C. **Economia Solidária e relações de gênero na agricultura familiar: o caso do grupo produtivo "Mulheres Decididas a Vencer"**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2013.

OLIVEIRA, E. M. Economia Social e Solidária, gênero e emancipação: desafios reais utopias possíveis. **Anais**, São Paulo, SP, p. 1-20, 2017.



SAHLINS, M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção. **Mana**, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997.

SILVA, R. A. *et al.* Impactos da participação de mulheres em iniciativas de economia solidária no Cariri Paraibano. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 17, n. 3, p. 851-866, 2018.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP\\_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil\\_2016.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2019.

SIMON, V. P.; BOEIRA, S. L. Economia social e solidária e empoderamento feminino. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 3, p. 532-542, 2017.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.